



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE**

**PROCESSO N. 2017.001365-5**

**RECORRENTE:** MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

**RECORRIDO:** BETÂNIA LEOCÁDIO DA SILVA

**RELATOR:** MAGNO CÉSAR ROSSI JÚNIOR

**EMENTA: IPTU. PROCEDIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DE BASE DE CÁLCULO DECORRENTE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001/2012 – SEMUT. LEGALIDADE. NÃO SE COMPREENDE NA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES OU DAS AUTORIDADES FISCAIS DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE ATO EDITADO POR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 3º DO DECRETO N. 5.303/2004 E 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA RESOLUÇÃO N. 001/2004.**

1. Não cabe à Autoridade Julgadora de primeira instância ou à Autoridade Fiscal realizar controle de legalidade ou constitucionalidade de ato administrativo editado por Secretário Municipal de Tributação.
2. Tal imperativo decorre do art. 3º do Decreto n. 5.303/2004, bem como do art. 1º, parágrafo único, da Resolução n. 001/2004, segundo os quais não se compreende na competência do Conselho Municipal de Contribuintes – CMC o exame de constitucionalidade ou legalidade de normas municipais de natureza fiscal, salvo se houver pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal.
3. Logo, se é defeso ao CMC, órgão máximo do contencioso administrativo tributário municipal, promover controle de constitucionalidade ou legalidade de leis e atos administrativos municipais, também o é aos órgãos de hierarquia inferior.
4. Na espécie, o procedimento constante da Instrução Normativa n. 001/2012 – SEMUT, que determina “a atualização, a qualquer tempo, da base imponível do IPTU, através do Cadastro Fiscal Imobiliário de



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N. 2017.001365-5**

**RECORRENTE:** MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

**RECORRIDO:** BETÂNIA LEOCÁDIO DA SILVA

**RELATOR:** MAGNO CÉSAR ROSSI JÚNIOR

Notas para fins do recolhimento do Imposto de Transmissão – ITIV”,  
foi aplicado corretamente.

5. Recurso de ofício conhecido e provido, de modo que a base cálculo do IPTU do exercício de 2017 corresponda a R\$ 91.868,50 (noventa e um mil oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

---

**ACÓRDÃO N. 221/2022**

---

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em conhecer do recurso de ofício e dar a ele provimento, nos termos do voto do relator.

Data da leitura e aprovação: 7 de dezembro de 2022.

Data do julgamento: 23 de novembro de 2022.

Francisco Josenildo Olinto Bezerra – Presidente

Magno César Rossi Júnior – Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Magno César Rossi Júnior, Francisco Josenildo Olinto Bezerra, Hudson Svante Bezerra Ferreira, Ubiratan Pereira Bezerra, Marcos Fernandes da Silva, Rodrigo Alexandre Bezerra Freire e Pedro Henrique Júnior.